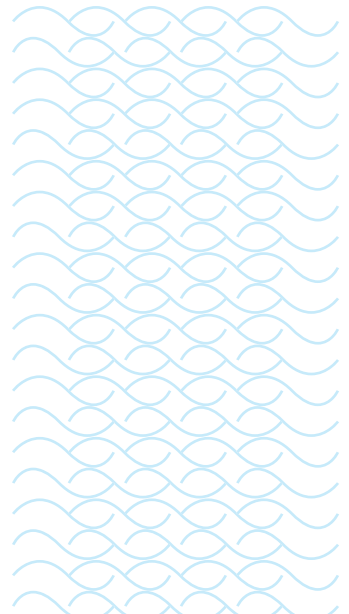
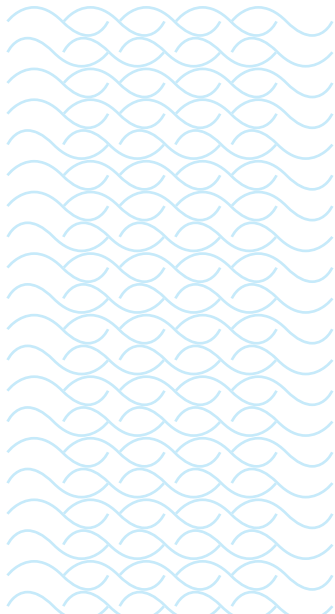


ENTREVISTA



A filosofia frente a relação entre mídia e política*

Entrevista com o filósofo Vladimir Pinheiro Safatle**

Realizada por Luiz de Camargo Pires Neto***

Vivemos em uma sociedade na qual a mídia desempenha um importante papel no campo político, cultural, social e econômico. Segundo o Prof. Dr. Vladimir Pinheiro Safatle, o estudo da mídia configura um capítulo fundamental para compreendermos os processos de constituição das relações sociais na contemporaneidade, de circulação de desejos e de organização dos modos de reprodução material da vida. Ao estabelecermos uma relação com a política, observamos que uma grande expectativa cultivada nos anos 1990, de que a reconfiguração técnica do campo da comunicação de massa poderia trazer um impacto produtivo e virtuoso para o processo de democratização, não se consolidou. A livre circulação de informação não garante a democracia. Diante desse contexto, a filosofia pode contribuir para desenvolvermos uma reflexão acerca da relação entre a política e a comunicação. Nesta entrevista, o filósofo e professor Vladimir Safatle nos conta sobre sua trajetória acadêmica e a principal questão presente em seus estudos e publicações, evoca a produção da Escola de Frankfurt para refletir uma crítica social e cultural na atualidade, critica a suposição de que presenciamos uma onda conservadora, analisa a presença dos intelectuais na imprensa brasileira hoje, dialoga com as ideias de Michel Foucault, observa a função da Filosofia no mundo contemporâneo e, à luz das ideias de Bento Prado Jr., aponta o que vem se constituindo em uma experiência filosófica própria de um país como o Brasil.

Luiz de Camargo Pires Neto – Em seu currículo, vemos que o senhor é graduado em Filosofia e Comunicação Social, tendo inclusive concluído os dois cursos no mesmo ano. Para iniciarmos, o senhor poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória acadêmica, seu percurso na Filosofia e se nele existem pontos de intersecção entre essas duas áreas de conhecimento, ou seja, a Filosofia e a Comunicação?

* Data de recebimento: 15/09/2017.

** Vladimir Pinheiro Safatle é filósofo formado pela Universidade de São Paulo. Graduado também em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, com mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Lieux et transformations de la philosophie – Université de Paris VIII. É professor Livre Docente do departamento de filosofia da Universidade de São Paulo.

*** Luiz de Camargo Pires Neto é doutorando e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é bacharel e licenciado em Filosofia e graduado em Comunicação das Artes do Corpo (habilitação em Teatro) pela mesma instituição. É professor de Filosofia na Fapcom.

Vladimir Pinheiro Safatle – A minha dupla formação vem de uma questão muito contingente, na verdade. Quando eu disse para meus familiares que ia fazer Filosofia, eles entraram em pânico. Eles achavam que teria de ser sustentado pelo resto da vida. Então, eu fiz os dois cursos juntos e escondi que estava fazendo Filosofia por quatro anos. Mas é claro que o curso de Comunicação me foi muito útil, foi um belo curso para ter uma visão mais precisa dos processos do interior da mídia e da retórica de consumo, que eram temas que me interessavam – tanto que eu fui o responsável pela formação do programa de mestrado que a ESPM implementou. Esse projeto, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, foi coordenado por mim. Então, é inegável que, no campo das reflexões sobre a sociedade contemporânea, o estudo da mídia é um capítulo decisivo e fundamental para entender processos de constituição de relações sociais, de circulação de desejos, de organização dos modos de reprodução material da vida. Não me arrependo, não.

Luiz de Camargo Pires Neto – Ainda sobre sua trajetória acadêmica na Filosofia, o senhor poderia de alguma maneira sintetizar o que vem estudando atualmente?

Vladimir Pinheiro Safatle – Eu comecei estudando especificamente a relação entre a Filosofia e a Psicanálise, especialmente a psicanálise lacaniana, que foi meu tema de mestrado e doutorado. Meu interesse era mostrar como uma clínica do sofrimento

psíquico, como a psicanálise, não era direcionada só à reflexão sobre os modos terapêuticos de alívio do sofrimento. Ela tinha no seu interior todo uma reflexão que vinha de uma certa partilha com o campo filosófico, uma reflexão sobre o sujeito, sobre a estrutura do sujeito, sobre os processos de reconhecimento, sobre a estrutura do desejo, que foram meus tópicos centrais. Então havia um problema fundamental que permeava os meus estudos, que eram as formas de experiência do reconhecimento. E esse foi o eixo da minha produção posterior, em especial, o *Grande Hotel Abismo*¹ e mesmo o recente livro sobre o *Circuito dos afetos*,² que é uma maneira de se perguntar o que pode significar reconhecer e quais são as consequências políticas, filosóficas e estéticas de se reconhecer um sujeito que não é mais pensado como sujeito substancial dentro da tradição da filosofia moderna, mas como um sujeito marcado por uma potência de indeterminação, que é um pouco a maneira como eu lia a problemática da negatividade dentro da tradição hegeliana. Eu queria insistir um pouco como isso poderia se desdobrar. É verdade que outras questões foram se anexando, mas eu acredito – e isso é uma ideia do Deleuze – que toda pessoa realmente engaja dentro de uma reflexão filosófica pensa uma única questão que se desdobra de várias formas. E a minha questão rapidamente ficou clara, que era pensar sujeitos em relação, ou seja, conservar a categoria do sujeito, recusar sua tentativa de superação por várias correntes do pensamento contemporâneo desde a filosofia heideg-

1 SAFATLE, Vladimir. *Grande Hotel Abismo* – por uma reconstrução da teoria do reconhecimento. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

2 SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos* – corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Havia toda uma discussão de como esse sistema seria implodido pelo advento das novas tecnologias como – na época ainda não eram nem as redes sociais – a TV a cabo, com 150 canais, e não mais aqueles três antigos canais.

geriana até a filosofia francesa e seus eixos fundamentais, recusar essa afirmação, mas também insistindo em pensá-lo para além do paradigma da identidade como *locus* de uma experiência de não identidade. E esse é o eixo da minha reflexão.

Luiz de Camargo Pires Neto – Agora, para pensarmos a temática desta terceira edição da Revista PAULUS, temos que nos anos 1990 presenciamos uma promessa de que a reconfiguração técnica do campo da comunicação de massa poderia trazer um impacto produtivo e virtuoso para a democratização. Hoje, nos encontramos em uma esfera na qual todos produzem ou compartilham informação. Como podemos analisar a relação entre comunicação e democracia na contemporaneidade?

Vladimir Pinheiro Safatle – A questão é importante, porque de fato houve um discurso muito laudatório a partir dos anos 1990, que era acompanhado da consciência do fim do sistema *broadcasting*, das televisões ou mesmo das estruturas de comunicação com poucos atores e produtores e muitos receptores, e as informações circulavam internacionalmente, ou seja, não só as informações da imprensa, mas também a produção de imagens de consumo, a produção da retórica do consumo. Havia toda uma discussão

de como esse sistema seria implodido pelo advento das novas tecnologias como – na época ainda não eram nem as redes sociais – a TV a cabo, com 150 canais, e não mais aqueles três antigos canais. Então, cada um desses canais teria uma personalidade própria e isso ampliaria a esfera pública, a circulação de informações, de imagens, de notícias dentro da esfera pública, fortalecendo com isso o processo democrático. Vimos como isso foi uma falácia, pois a democracia não passa por esse tipo de acessibilidade técnica de informações – embora o bloqueio da informação, é claro, seja um risco para a democracia. Mas a simples circulação da informação não tem nenhuma relação, a relação é negativa: a ausência de circulação é um bloqueio à democracia. A circulação por si não garante nada, não é a realização efetiva da democracia, e acho que isso vai ficando cada vez mais claro em uma situação com muitos produtores de informação, em que todo mundo ao redor é um receptor e produtor ao mesmo tempo. Isso não significa que vivemos em sociedades mais democráticas. Significa que todos começam a produzir informações a partir de um padrão mais ou menos preestabelecido de gramática de visibilidade, de gramática de tempo, de expressão. As expressões começam a se equivar de uma maneira muito forte, criando um outro nível de estereotipia, de que nós

não havíamos suspeitado até então.

Luiz de Camargo Pires Neto – Para o senhor, a partir de que referenciais teóricos nós poderíamos pensar essa relação entre a democracia e a comunicação? Ou seja, que referenciais nos ajudariam a refletir sobre essa temática?

Vladimir Pinheiro Safatle – Veja, eu perdi um pouco o contato com essa bibliografia dos estudos de mídia desde o começo do século XXI, eu não segui muito o que foi feito depois. Lembro-me de algumas coisas da política da mídia de que gostava muito, por exemplo, John Thompson, que eu achava muito significativo e que eu li com muito gosto, com muito interesse. Acho, porém, que há uma questão fundamental sobre a experiência democrática atual, e para refletir sobre isso há uma bibliografia importante que vai falar sobre os riscos, sobre o enfraquecimento, sobre as possibilidades. Eu recomendaria fortemente trabalhos como o pensamento de Agamben, no livro *Estado de exceção*,³ ou ainda *O ódio à democracia*,⁴ de Jacques Rancière, e principalmente *O desentendimento*.⁵ Mesmo umas reflexões do Alan Badiou sobre *A hipótese comunista*⁶ e sobre *São Paulo*⁷ seriam textos importantes a serem lidos.

Luiz de Camargo Pires Neto – Muito obrigado pelas indicações bibliográficas. A partir do pensamento destes filósofos citados pelo senhor, poderíamos pensar a ideia de

uma crítica social que nos permita refletir os riscos corridos pela democracia?

Vladimir Pinheiro Safatle – Eu insistiria: se vocês quiserem mesmo pensar essa questão, eu acho que de fato, por mais que dentro do horizonte dos estudos de comunicação isso possa parecer um pouco arcaico – o que eu acho uma péssima maneira de entender esse tipo de produção, pois configura uma produção que realmente merece ser retomada –, é a produção da Escola de Frankfurt. Acho que ninguém melhor que eles insistiu em como os riscos da democracia não são só riscos externos às sociedades liberais, mas também riscos internos a essas sociedades. E dentro desses riscos está a consolidação da indústria cultural como um ator fundamental de produção não só da formação da opinião pública, mas também de conformação das experiências. Eu sei que há vários teóricos que tentaram criticar esse conceito, mas acho que essas críticas não são boas, pois o conceito descrevia processos que só foram se consolidando com o passar do tempo: a constituição das estruturas das mídias em oligopólio, esses sistemas de mídia e entretenimento, informação, tecnologia controlando todos os processos, dos processos de produção aos processos dos meios de recepção, ao processo de comentário da produção. Vamos pegar um conglomerado como o *News Corporation*, por exemplo, do Rupert Murdoch; você vai ver todo o processo, você tem desde a indústria cultural, mais fora do

3 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

4 RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

5 RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento* – política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

6 BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012.

7 BADIOU, Alain. *São Paulo* – A fundação do universalismo. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2009.

O Brasil sempre teve um eixo de pensamento conservador muito forte. Se a direita precisava colocar duzentas mil pessoas nas ruas, ela colocava, tanto que ela o fez em vários momentos da história brasileira.

tema, até os canais de televisão, até as redes de informação, ou seja, toda essa maneira de consolidar um capitalismo monopolista do interior do universo da produção cultural. Eles foram os primeiros a perceber isso de uma maneira muito clara, e esse diagnóstico, eu diria, é mais atual do que nunca, e mais do que isso. Principalmente os trabalhos do Adorno foram muito exemplares nesse sentido, de lembrar a questão fundamental como a crítica social está na mobilização do potencial desestabilizador da diferença, ou da não identidade, como ele chamava, e a indústria cultural conhece diferenciais, ela não conhece diferença. A diferença exige um outro tipo de tempo, experiência temporal, outro tipo de espaço, outro tipo de recepção, outro tipo de visibilidade e de visualização, tanto que outro tipo de afeto, que a indústria cultural desconhece, e ela faz com que as pessoas desconheçam isso. Então, a partir daí a crítica social deve ser necessariamente uma crítica cultural. Uma crítica social que não tem um ponto de vista cultural fortalecido é uma crítica social manca, porque não consegue entender de onde vem o embotamento da imaginação social e política dos sujeitos.

Luiz de Camargo Pires Neto – Em um artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em

dezembro de 2015, intitulado *A falsa onda conservadora*,⁸ o senhor relaciona a criação da hipótese de que vivemos uma onda conservadora com o medo que nos paralisa e nos torna incapazes de criar alternativas, discutir novos modelos de organização política e fazer a autocrítica de nossos erros e dos modelos que foram implementados na última década. O senhor poderia nos falar mais sobre essa ideia do conservadorismo de que hoje tanto se fala em todos os níveis da sociedade?

Vladimir Pinheiro Safatle – Eu gostaria de insistir, na verdade, no fato de que talvez não seja correto falar em fortalecimento do pensamento conservador. O Brasil sempre teve um eixo de pensamento conservador muito forte. Se a direita precisava colocar duzentas mil pessoas nas ruas, ela colocava, tanto que ela o fez em vários momentos da história brasileira. Então, não é que essas pessoas apareceram do nada, é que agora elas operam, elas falam num espaço sem fricção. Não há contraponto. Por isso, temos essa impressão de onda. Não é porque eles ficaram mais fortes, e sim porque não há um contraponto efetivo; e acho que essa é a questão que me parece fundamental. De outro modo, seria muito fácil ficarmos atirando pedras no pensamento conservador nacional, porque ele é tosco, é primário. Nem de liberal ele pode ser chamado, pois é um libe-

8 SAFATLE, Vladimir. A falsa onda conservadora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 dez. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1mZV6mn>>.

ralismo em que a reflexão sobre as liberdades individuais não existe. No Brasil, você pode ser liberal e ser contra o aborto, você pode ser liberal e ser contra a afirmação individual das suas decisões a respeito da sexualidade, da visibilidade da sua sexualidade, da sua relação com o corpo. No Brasil, pode-se ser liberal sem aceitar o direito de resistência contra a tirania, por exemplo. O sujeito se diz liberal e acha normal e aceitável que exista a ditadura militar, exista o terrorismo de Estado e que exista assassinato de pessoas que lutaram contra o regime militar, sem levar em conta o fato de que um dos pilares do liberalismo político, desde John Locke, é o tiranicídio. É um direito que você tem de matar um tirano. Isso poderia ser muito bem aplicado à situação da ditadura militar brasileira. De um país que dizia liberal e era escravocrata, pode-se esperar o quê? Então, eu diria que esse tipo de conservadorismo primário simplesmente consegue falar mais alto hoje porque o campo das esquerdas brasileiras se decompôs. E se decompôs na sua incapacidade de se constituir um novo corpo político, de se pensar a organização e de se criar um campo de implicação genérica onde todos de uma certa maneira possam se referir e possam tomar a fala. Assim, vai-se esvaziando do ponto de vista da *práxis* e do ponto de vista das ideias. Nesse sentido, é claro, como eu disse, eles correm num espaço sem fricção.

Luiz de Camargo Pires Neto – Em sua palestra ministrada na Fapcom, o senhor trouxe uma ideia do descolamento da produção dos saberes e a imprensa, dizendo que a relação entre a imprensa e os intelectuais entra em colapso. Será que podemos pensar que esse descolamento ou essa falta de posicionamento por parte dos intelectuais pode con-

tribuir para que o pensamento conservador corra em um espaço sem fricção e nos dê esta sensação de uma onda conservadora?

Vladimir Pinheiro Safatle – É evidente, no caso brasileiro, que uma parte da imprensa tentou criar uma versão de intelectuais conservadores, os quais nascem na própria imprensa. Eles não têm vida fora da imprensa, eles não têm vida na Universidade, ou seja, não os conhecemos através de trabalhos universitários ou de debates acadêmicos, ou de inserção internacional de projetos de pesquisa e de circulação de saberes. Eles não têm nada disso, eles têm uma mera vida midiática, de imprensa. Eu entendo que o papel do intelectual é articular os dois campos, e não abandonar algum dos dois – porque é claro que você vai ter essa figura do especialista que não vai conseguir sair dos muros da universidade e da discussão com seus próprios pares, e isso é tão nefasto quanto. Assim, temos essa figura de intelectuais que são produzidos sem levar em conta qualquer tipo de inserção efetiva, de debate acadêmico, ou que perdem completamente essas características quando passam para uma dimensão midiática, como se fosse uma espécie de trampolim, na verdade. Assim, o que acontece hoje no Brasil são essas duas possibilidades, sem uma articulação que faça jus, inclusive, ao que foi uma tradição louvável de intelectuais brasileiros como Celso Furtado, Milton Santos, Raimundo Faoro, Darci Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido – todos intelectuais que tiveram essa capacidade de passagem em relação ao campo da formação da opinião pública, no sentido mais amplo do termo, e o campo acadêmico. Eu acho que esse é um problema.

É evidente, no caso brasileiro, que uma parte da imprensa tentou criar uma versão de intelectuais conservadores, os quais nascem na própria imprensa.

Luiz de Camargo Pires Neto – Em uma entrevista com Alexandre Fontana, intitulada *Verdade e poder*,⁹ Michel Foucault apresenta uma distinção entre duas figuras do intelectual: o intelectual universal e o intelectual específico. O primeiro seria aquele que atua no plano do “universal” e do “exemplar”, tido como a consciência de todos, que tem uma visão global da sociedade, fala por aqueles que não têm voz e é ouvido como um representante daquilo que é universal, enquanto o segundo seria o que necessariamente se coloca em uma posição específica, com atuação local e regional, com um engajamento que apenas será válido se puder atuar no regime de “verdade/poder” em que estiver inserido, sem se colocar no “plano da totalidade”. Ou seja, domina determinados conhecimentos, os quais põe em ação de maneira imediata e, desta forma, opera uma crítica bem elaborada sobre um campo que recobre suas competências, dirigindo-se a problemas específicos, que muitas vezes não são aqueles que se referiam às massas, mas se aproximam deles porque se trata de lutas reais, materiais e cotidianas. Será que a partir desta distinção poderíamos estabelecer alguma relação com o contexto do Brasil, hoje, para analisar o meio intelectual?

Vladimir Pinheiro Safatle – Como alguém que lê Foucault com muito prazer e interesse, eu acho essa divisão muito ruim, sempre achei. Considero que as análises dele sobre a classe intelectual não são os melhores momentos da sua obra. Não só ele, mas também Lyotard, que faz uma análise sobre a *tumba dos intelectuais*.¹⁰ Eu acho que essa divisão não é boa porque a ideia de que as lutas pelas quais os intelectuais deveriam se engajar seriam lutas por causas específicas, por um lado, e por outro seriam lutas pelas quais eles não apareceriam com uma consciência dirigida, e sim como uma espécie de aliados entre processos ligados a movimentos que são relações espontâneas. Para mim, há algo de falacioso nesse tipo de colocação, além do que acho que é estrategicamente muito equivocada, porque eu acho um equívoco brutal imaginar que, num processo em que existe uma estrutura global que interfere em todos os campos da vida social – processo este ligado aos modos de organização da vida econômica, ligado a uma lógica interna de circulação do capital –, você consiga se contrapor a isso com transformações locais – sem levar em conta que se você não tiver a capacidade de organizar uma contraposição global, essas

9 FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 1-14.

10 LYOTARD, Jean-François. *Tombeau de l'intellectuel et autres papiers*. Paris: Galilée, 1984.

transformações locais se dissolvem, se perdem no tempo. Porque assim, cria-se uma ideia das lutas específicas que, se não forem agenciadas no interior de uma reflexão – não só sobre a contradição global a ser posta, mas também a emergência de um sujeito global, por mais que isso possa parecer estranho, mas acho extremamente fundamental –, perdem completamente sua força e sua direção. E sua capacidade efetiva de transformação. Então, eu insistiria que a classe intelectual tem uma função muito clara, existem classes que são de difícil integração. Durante um tempo a classe intelectual foi assim, a questão é saber se ela ainda é assim hoje, e se o fato de ela estar mais integrada não está inclusive relacionado à aceitação desse tipo de diagnóstico, ou seja, de que sua função seria de ser somente um intelectual específico. Eu me perguntaria se isso não acabou, na verdade, alimentando um processo muito menos dramático e traumático e de difícil integração, tirando a força crítica dos intelectuais. Porque os intelectuais como classe têm uma função importante. Claro que dificilmente eles produzem revoltas sociais: Maio de 68 foi um caso muito específico, pela força dos estudantes e de alguns intelectuais da época. Mas eu diria que cabe à classe intelectual a nomeação dos acontecimentos. Nomear um acontecimento não é só descrever o que aconteceu. Nomear um acontecimento é mostrar suas relações, abrir suas ressonâncias, é mais do que simplesmente descrever, é produzir uma dimensão nova. Acho que seria importante que os intelectuais se perguntassem se por trás dessa sua aparente

humildade não está um desejo inconfesso de integração absoluta.

Luiz de Camargo Pires Neto – Ainda no pensamento do Foucault, sobre a relação da Filosofia com a política, em uma conferência dada no Japão em 1978,¹¹ intitulada a *Filosofia analítica da política*, ele diz: “Talvez poderíamos considerar que há ainda para a filosofia uma certa possibilidade de ter um papel em relação ao poder, que não será um papel de fundação ou de recondução do poder. Talvez a filosofia possa ainda ter um papel do contrapoder, com a condição de que este papel não consista em fazer valer, frente ao poder, a lei da filosofia, com a condição de que a filosofia pare de se pensar como profecia [...], como pedagogia ou como legislação, e que ela se dê por tarefa analisar, elucidar, tornar visível, e portanto intensificar as lutas que se desenrolam em torno do poder, as estratégias dos adversários no interior das relações de poder, as táticas utilizadas, os focos de resistências”.¹² A partir desse olhar que Foucault nos apresenta, sobre o papel da Filosofia, como poderíamos entender sua função diante desta situação na qual nos encontramos?

Vladimir Pinheiro Safatle – Essa sua lembrança desse texto do Foucault é bem-sucedida pelo fato de ser uma boa descrição do que significa a força crítica da Filosofia. Ele fala não como profecia, não como pedagogia, ou seja, de uma certa maneira a evitar se colocar como horizonte legislador normativo, mas ser capaz de intensificar as lutas. Eu colocaria, talvez, não só intensificar, mas, o fato do que significa a capacidade

11 FOUCAULT, Michel. La Philosophie analytique de la politique. In: _____. *Dits et écrits III (1976-1979)*. Paris: Gallimard, 1994. p. 534-551.

12 *Ibidem*, p. 540.

A própria capacidade de modificação e de intervenção se limita brutalmente, porque há que se abandonar essa ideia de que o conceito está de um lado e a vida de outro – ou a prática de um lado e o pensamento de outro.

que se tem de, de fato, “conceitualizar” processos, ou seja, encontrar conceitos e operação dentro dos processos de conflito social, produzir conceitos a partir desses conflitos, e mais, entender que é necessária uma produção de conceitos – e muitas vezes quando você não tem essa produção, a capacidade prática para. A própria capacidade de modificação e de intervenção se limita brutalmente, porque há que se abandonar essa ideia de que o conceito está de um lado e a vida de outro – ou a prática de um lado e o pensamento de outro. Heidegger tem uma colocação muito boa nesse sentido, quando ele fala em *A carta do Humanismo*:¹³ “não entendo muito bem essa diferença entre pensamento e práxis. Para mim o pensamento age quando pensa. O problema é que ele pensa muito raramente”. O que entendemos sobre pensar está longe ser o pensar no sentido estrito do termo. Pensar é abrir a clareira em direção ao que antes era impossível. Pensar significa redimensionar o campo da experiência, ou seja, você redefine o campo do possível. Isso o pensamento faz porque ele revê pressupostos, ele reorienta modos de existência e, nesse sentido, ao fazer isso, abre o espaço a uma ação. Muitas vezes, não é que nós pensamos para não agir, muitas vezes nós agimos para não pensar, pura e sim-

plesmente. Então acho que lembrar que a Filosofia com esse discurso é algo muito estranho de certa forma, da contemporaneidade porque esse discurso me parece meio arcaico. Esse objeto que vem de um tempo imemorial com essas pessoas que parecem não ter uma especialidade muito definida. Assim, o sujeito fala sobre arte, sobre política, fala sobre teoria do conhecimento e acha que pode falar sobre lógica, antologia, e acha que pode ficar falando sobre isso tudo e desrespeitando radicalmente essa ideia de compartimentalização do saber. Você fala do que é a sua especialidade. Ser filósofo é exatamente isso. É a pessoa que tem um pensamento completamente transversal e por isso enxerga coisas que as pessoas não têm capacidade para enxergar. Por quê? Porque isso faz parte da sua formação, que é estabelecer relações, e essas relações não são simples analogias. Elas são a consciência de que existe uma espécie de princípio de racionalidade que vai constituindo vários campos da esfera do saber ao mesmo tempo. Você pode retomar seus princípios gerais da racionalidade, seus pressupostos, que tipo de experiência eles nos permitem e que tipo de experiência nos impedem. Nesse sentido, ao falar de intensificação das lutas políticas, eu diria que não é somente fazer a glosa da luta política ou dar uma nota

13 HEIDEGGER, Martin. *Carta sobre o humanismo*. 2. ed. rev. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

de rodapé para a luta política que acontece fora do pensamento. Não, o pensamento é uma luta política. É uma dimensão fundamental. Você perde a força da luta se o pensamento não abre espaço. E você pode ter uma experiência prática sem pensamento. É um tipo de pensamento que vem depois, uma curva de minerva que demora para chegar, mas o importante é ele chegar, muitas vezes. Ou às vezes o pensamento chega antes, empurra o acontecimento, como foi o caso do ministro francês, em que o processo de pensamento veio antes do acontecimento. Assim, é entender e respeitar esses descompassos, e eu acho que é um elemento fundamental a necessidade de transpassar de um para outro.

Luiz de Camargo Pires Neto – Para concluir, recentemente o senhor editou e organizou a publicação do professor Bento Prado Júnior, *Ipseitas*.¹⁴ Como a maneira de exercer a Filosofia do professor Bento Prado Júnior, propondo novas perguntas, outras questões que trazem a transversalidade da Filosofia, pode nos trazer uma outra maneira de pensar a Filosofia que é feita no Brasil hoje para além do método de análise estrutural do texto filosófico?

Vladimir Pinheiro Safatle – Eu espero que o tempo mostre como o Bento Prado Junior foi um dos maiores intelectuais que nós tivemos nos últimos trinta anos, não só por sua produção, mas também por sua experiência de pensamento, pela compreensão, por exemplo, de que a Filosofia nacional não é uma Filosofia que se debruça em pretensos conteúdos nacionais que seriam marcados

pela nossa história, pela nossa ancestralidade, como se existisse algo *Made in Brazil*, uma marca registrada para a produção intelectual do nosso país. Acho que ele mostrou muito claramente que Filosofia nacional é uma certa liberdade que nós podemos ter de não estar presos diretamente a certas tradições, de poder trafegar por tradições, de poder analisá-las como um algo interno e externo ao mesmo tempo, não totalmente imbuído da exigência de campo, de continuar tradições, mas também não completamente fora e intocado por elas. O que faz, então, que se tenha um tipo de hibridismo, mas longe de ser um mero hibridismo conceitual, é uma força do pensamento que desconhece claramente suas fronteiras. Ele mostrava muito isso, e mostrava como isso abria um espaço para produção de um país em situação periférica, que longe de ser um defeito, se tornava uma virtude. Ele podia fazer coisas que você não encontrará em lugar nenhum. Por exemplo, articular Wittgenstein e Deleuze, sendo que a articulação é completamente relevante. Claro, as questões contemporâneas você pode fazer tudo com tudo. A maneira como ele fazia mostrava muito claramente como havia sistemas de pensamento que andavam em ritmo relativamente comum, mesmo que eles tivessem pressupostos e, conseqüentemente, resultados e desdobramentos distintos. Mas eles tinham um ritmo de produção de questões que era muito comum, e a capacidade de ouvir esses ritmos e pensar a partir deles é algo que talvez possa marcar isso que ainda não se constituiu por total e que é uma experiência filosófica própria de um país como o Brasil.

14 PRADO JÚNIOR, Bento. *Ipseitas*. Edição Vladimir Safatle. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.